

A COMPARABILIDADE DAS ESTATÍSTICAS TERRITORIAIS NA AMÉRICA LATINA¹

Rudolf Buitelaar²
Sergio González Catalán³

1 INTRODUÇÃO

Recentemente, na América Latina tem-se observado nos países latino-americanos um crescente interesse pela geografia do desenvolvimento, que se traduz na incorporação de objetivos associados a um desenvolvimento territorial mais harmônico e equilibrado nas agendas dos governos nacionais.

A Cepal, no documento a *Hora da igualdade* (Cepal, 2010), identificou como um dos principais problemas da América Latina as grandes lacunas existentes entre territórios. A geografia das desigualdades econômicas e sociais dos países da América Latina tem influenciado nas agendas nacionais de política pública, o que expressa, entre outras manifestações, a adoção de novas políticas nacionais de desenvolvimento regional, em reformas constitucionais que definem novos parâmetros de organização territorial, e nas lacunas de processos de descentralização.

Na América Latina e no Caribe tem-se verificado novas iniciativas de integração regional por meio da Celac, Unasul, Alba, Aliança do Pacífico, entre outras, com novas lacunas. Por meio de mecanismos existentes, como Mercosul e Sica, entre outros. Porém, um fato importante a se considerar é que a integração entre os países não dará bons resultados se os países estão internamente fragmentados, pelo que se faz indispensável colocar a geografia das desigualdades e as políticas nacionais de desenvolvimento territorial na agenda da integração latino-americana e do Caribe.

Após a identificação da problemática territorial mostra-se necessário contar com estatísticas territoriais precisas e robustas para o correto diagnóstico das lacunas, que existem entre territórios e que permitam um desenho adequado, execução e avaliação das políticas de desenvolvimento para a obtenção da igualdade.

1. Este artigo foi traduzido por Luciana Acioly da Silva.

2. Chefe da Área de Gestão de Desenvolvimento Local e Regional do Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planejamento Econômico e Social (Ilpes), da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal). *E-mail*: rudolf.buitelaar@cepal.org.

3. Pesquisador do Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planejamento Econômico e Social (Ilpes), da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal). *E-mail*: sergio.gonzalez@cepal.org.

EUROsocial com apoio do Ilpes tem realizado um esforço para estabelecer o estado da arte, em matéria de estatísticas territoriais, nos países da América Latina, para o qual tem desenvolvido um trabalho de pesquisa focado na análise das estatísticas territoriais econômicas e sociais. Em seguida, são apresentados os resultados desse trabalho conjunto, primeiro mostrando uma análise geral da comparabilidade internacional das estatísticas e os principais desafios na América Latina. Posteriormente, será apresentada uma análise do estado da arte das estatísticas territoriais da América Latina, por meio da análise de fontes principais de dados: as contas subnacionais que geram o produto interno bruto, o valor agregado, os dados territoriais e as pesquisas domiciliares que permitem gerar uma série de indicadores sociais. Por último, são descritas as principais tendências observadas na América Latina utilizando estas fontes de dados e os desafios em matéria de mensuração e produção de estatísticas territoriais.

2 A COMPARABILIDADE INTERNACIONAL

A comparabilidade internacional das estatísticas é um objetivo amplamente almejado. A maioria dos países produz e apresenta estatísticas que se regem por sistemas padronizados e regras internacionais. No entanto, isso não é garantia de comparabilidade, nem tampouco de qualidade. A comparabilidade internacional das estatísticas requer cumprir uma série de condições que se iniciam com o levantamento de estatísticas de base, seu processamento e sua transformação em indicadores.

No caso das estatísticas territoriais a comparabilidade internacional é crucial para poder mirar as políticas, programas e projetos, atribuir recursos a territórios atrasados e avaliar o impacto no espaço geográfico.

A comunidade internacional busca, hoje, definir uma agenda geral para o desenvolvimento das próximas décadas, no que se conhece como “agenda de desenvolvimento pós-2015” e tem identificado preliminarmente entre os desafios globais a necessidade de adotar-se um enfoque mais coerente em escala nacional e subnacional, contar com indicadores de acompanhamento robustos e precisos, obter uma apropriação por parte da sociedade e melhorar os sistemas de prestação de contas na Agenda para o Desenvolvimento Pós-2015, ir ainda mais longe para acabar com a pobreza e definir novos objetivos de desenvolvimento e reduzir o *gap* entre os níveis nacional e local.

Em matéria de contabilidade subnacional, as limitações para comparação internacional aumentam devido as diferenças existentes entre os níveis de organização política-administrativa dos países que fazem com que as estatísticas descrevam dimensões socioeconômicas muito díspares. Na América Latina “região” tem uma conotação político-administrativa, que é muito diferente entre os países e que obedecem a critérios políticos, históricos, sociais específicos do país, que conduz ao fato de que as estatísticas descrevam realidades muito diferentes entre si.

Adicionalmente, o efeito das diferenças nas estruturas econômicas amplia as falhas para o aparato estatístico de base.

Apesar das dificuldades, existem em âmbito internacional padrões, manuais, métodos e operações de cooperação que contribuem para superar esses inconvenientes, determinando que a comparação de indicadores se realize em circunstâncias “razoavelmente aceitáveis”. Levando-se em conta os aspectos anteriores pode-se deduzir que a comparabilidade estatística dependerá das particularidades da informação primária, da similaridade estrutural das economias, assim como da metodologia utilizada na produção de estatísticas e de cálculos de indicadores.

3 ESTATÍSTICAS ECONÔMICAS: AS CONTAS SUBNACIONAIS

Para avaliação das estatísticas econômicas territoriais foi analisada a situação e a comparabilidade internacional entre os países da América Latina de estimativas do PIB subnacional para aqueles que as elaboram oficialmente. No quadro 1 podem ser observados os principais critérios metodológicos de elaboração de contas nacionais para Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Panamá e Peru. De acordo com a análise pode-se contatar que:

- todos os países usam o método descendente (distribuição da produção total nacional entre regiões). As estatísticas por região não são estatísticas regionais, já que não são levantadas a partir do território, mas distribuídas a partir dele;
- entre os países são utilizadas diferentes classificações de atividades econômicas, o que causa uma limitação da análise da estrutura produtiva e a consequente comparabilidade entre países. Usam-se a CIIU (Classificação Industrial Internacional Uniforme de todas as atividades econômicas), porém os ritmos de adoção das versões mais atualizadas são diferentes;
- em todos os países, para a alocação do PIB por região, usa-se o método da produção, não do gasto. Além disso, quatro países utilizam como marco metodológico referencial, o SCN 1993, para a elaboração das contas subnacionais (Bolívia, Brasil, Panamá e Peru), e quatro países adotam como guia o novo manual SCN (Sistema de Contas Nacionais) 2008 (Colômbia, Chile, Equador e México); e
- não são elaborados tabelas de recursos e usos (TRU) sem o que não se pode calcular matriz de insumo-produto.

Com base nas características agregadas das contas subnacionais é evidente a necessidade de fortalecer, atualizar e padronizar a informação para obtenção de maior comparabilidade internacional.

Uma solução efetiva seria a adoção de um método misto que combine a aproximação descendente com a ascendente nas contas subnacionais e a construção conceitual de *contas satélites subnacionais* para territórios específicos que possuem características distintas que garantam uma aproximação de acordo com suas características particulares. Em outras palavras, é indispensável promover a elaboração de informação regional adicional que complemente a análise para aprofundar a descrição e a análise em situações pontuais.

QUADRO 1

Resumo das contas nacionais

Instituição responsável pela compilação	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Equador	México	Panamá	Peru	Cômputo
Instituto de Estadísticas	X	X		X		X	X	X	6
Banco Central			X		X				2
Método utilizado: ascendente ou descendente									
Ascendente									0
Descendente	X	X	X	X	X	X	X	X	8
Versão do SCN utilizada									
SCN 1993	X	X					X	X	4
SCN 2008			X	X	X	X			4
Cálculo do PIB por aproximação, da produção do gasto ou da renda									
Produção	X	X	X	X	X	X	X	X	8
Gasto									0
Renda									0
Unidade de medida	Milhares de bolivianos	Milhões de reais	Milhões de pesos encadeados	Bilhões de pesos	Milhares de dólares	Milhões de pesos	Milhões de balboas	Milhares de nuevos soles de 1994	Cômputo
Compilação TRU subnacionais									
Compila TRU									0
Não compila TRU	X	X	X	X	X	X	X	X	8
Contas de setores institucionais (SI) subnacionais									
Compila SI									0
Não compila SI	X	X	X	X	X	X	X	X	8

(Continua)

(Continuação)

	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Equador	México	Panamá	Peru
Cobertura temporal	Série vigente	1995-2010	A preços N-1 2008-2012	2000-2012	2007-2008	2003-2011	2006-2010	2001-2010
	Série anterior		Existem várias séries desde 1986 (cf. Infra). Bases disponíveis: 1986, 1996, 2003 e 2008	Desde os anos 1980, existem várias séries	1993-1996-1999-2001-2002-2006 (em dólares de 2000)		1996-2004, 2003-2005 e 2006-2008	
Disponibilidade de séries a preços correntes e a preços constantes	Correntes – série vigente	2010	No (cf. Infra)		2007	2003-2011	Não disponível	No
	Constantes – base vigente	1990	N-1 (base 2008)	2000-2012	200-2008	2008	1996	1994
	Constantes – série vigente	1988-2012	Desde 2008 a preços n-1, nos aditivos			2003-2011	1996-2010	2001 - 2010
	Constantes – base anterior		Várias desde 1986	Várias desde os anos 1980	Não disponível		Não disponível	
	Constantes – série anterior	1985-1997			Apenas pk		Não disponível	
Nível divisional político-administrativo – estimações	Nível 1	5 grandes regiões	5 zonas	32 departamentos	24 províncias	32 estados	9 províncias	26 regiões
	Nível 2	27 Unidades Federais (UFs)	13 regiões		230 cantões			
	Nível 3	5567 municípios (cidades). Não figuram no <i>site web</i>						
Abrangência das contas das contas regionais								
Indústrias	35	12	12	34 a pc / 9 a pk		30	15	9
CIIU	Revisão 2	CNAE 1.0	Revisão 3	Revisão 3	CIIU 4	Sistema de Classificação Industrial da América do Norte (SCIAN) 2003	Revisão 3	Revisão 3

Fonte: Iipes (2014), com base nas informações oficiais dos países.

4 ESTATÍSTICAS SOCIAIS: AS PESQUISAS DOMICILIARES

Para analisar a comparabilidade das estatísticas sociais foram tomadas como referência as pesquisas por domicílio de 14 países: Argentina, Bolívia (Estado Plurinacional), Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela (República Bolivariana).

Utilizando a informação das pesquisas foram elaborados metadados com base nos seguintes critérios: nome da pesquisa, último ano da pesquisa, periodicidade, objetivo, organismos executores, população-alvo, período de coleta da informação, tipo de pesquisa, desenho, amostra do estudo, base amostral, tamanho amostral e seções ou temas da pesquisa.

Posteriormente, realizou-se uma análise da robustez de indicadores sociais chaves em nível subnacional construídos com informação proveniente das pesquisas domiciliares dos países. Especificamente, comparou-se a precisão das estimativas de três indicadores (pobreza, frequência em estabelecimentos de ensino e anos de estudo) com base no nível de desagregação (nacional, regional, departamento etc.).

Como sabemos denomina-se pesquisa domiciliar, qualquer pesquisa que utilize uma amostra, em geral probabilística, em que as conclusões extraídas podem ser extrapoladas para a população total e cuja a unidade de observação é o lar ou a habitação. Estas amostras são uma réplica aproximada, mas não exata da população total, e, portanto, estão sujeitas a diversos tipos de erros. A magnitude deste erro depende do tamanho da amostra e também da variabilidade do dado que se está analisando.

A forma de medir o erro amostra, o erro relativo, realiza-se por meio do coeficiente de variação (CV). Este coeficiente mostra a confiabilidade da estimativa da variável e é definido como erro-padrão da estimação dividido pelo valor estimado do parâmetro. Quanto menor seja p coeficiente de variação, menor será a diferença entre a estimativa amostral e o verdadeiro valor populacional. Matematicamente, este coeficiente está dado por $cv = \frac{\sqrt{\hat{v}(\hat{\theta})}}{\hat{\theta}} * 100$, onde \hat{v} é a variância amostral da estimação do parâmetro e θ é o parâmetro estimado. Corresponde ao quociente entre o erro-padrão do estimador e o estimador multiplicado por 100.

De acordo com a categoria em que se localiza o CV, podemos classificar as estimativas de acordo com seu grau de precisão como precisa, aceitável ou pouco confiável (quadro 2).

QUADRO 2

Precisão do coeficiente de variação (CV)

Valor do CV	Precisão da estimativa
Até 10%	Precisa
De 11% a 20%	Aceitável
Mais de 20%	Pouco confiável

Elaboração dos autores.

Na tabela 1 é apresentado um resumo dos coeficientes de variação obtidos para três indicadores selecionados ao desagregar os indicadores segundo região ou divisão político-administrativa em cada país. Os três indicadores utilizados foram pessoas em situação de pobreza, frequência em estabelecimentos educacionais (jovens entre 13-19 que frequentam estabelecimentos de ensino) e por meio de anos de estudo para homens entre 65-79 anos. Cabe destacar que a eleição de indicadores obedece a uma lógica com base no teste da precisão dos indicadores territoriais à medida que introduzem filtros adicionais, desta forma, o indicador de pobreza não tem filtros

mais que a desagregação territorial, ainda que o indicador de frequência em estabelecimento de ensino tenha um filtro adicional etário (jovens de 13 a 19 anos) e, por último, o indicador de média de anos de estudo tem dois filtros adicionais, um etário (adultos entre 65 e 79 anos) e um de gênero (homens).

TABELA 1
América Latina (quatorze países selecionados), coeficiente de variação mínimo e máximo para três indicadores selecionados, segundo regiões – Circa (2009-2011)

País e ano da pesquisa	Número de regiões	Pessoas em situação de pobreza		Jovens entre 13 e 19 anos assistidas em estabelecimentos educacionais		Média de anos de estudo de adultos homens entre 65 e 79 anos	
		CV mínimo	CV máximo	CV mínimo	CV máximo	CV mínimo	CV máximo
Argentina 2011	6	2,07	4,25	0,64	1,09	2,38	4,99
Bolívia 2009	8	2,93	9,40	1,66	6,46	10,26	38,87
Brasil 2011	7	0,57	1,89	0,48	0,92	2,37	3,79
Chile 2011	15	3,35	8,60	1,22	6,01	2,40	9,61
Colômbia 2011	24	0,92	2,93	0,85	2,14	2,72	10,86
Costa Rica 2011	6	2,59	5,58	1,20	3,02	5,86	30,47
Equador 2011	4	1,54	2,54	1,31	1,46	3,42	5,03
El Salvador 2010	5	1,22	2,04	1,43	1,76	6,65	11,18
México 2010	32	1,87	8,96	1,60	7,77	4,06	23,83
Panamá 2011	12	2,75	7,12	1,30	9,87	3,22	68,38
Paraguai 2011	7	2,93	5,98	2,00	4,56	6,45	36,76
Peru 2011	8	1,25	4,75	1,33	2,93	3,25	11,44
Uruguai 2011	19	1,72	15,82	0,78	6,13	1,09	7,47
Venezuela 2011	24	1,61	4,85	1,38	3,01	4,29	20,44

Fonte: Tabulações especiais dos respectivos países, ajustadas pela Cepal.
 Elaboração dos autores.

Podemos constatar que entre países observa-se uma grande heterogeneidade em seus coeficientes de variação para todos os indicadores. Em relação aos pobres não indigentes, o intervalo no coeficiente de variação vai de 1% a 15,8% na região de Colônia no Uruguai, é dizer, em categorias aceitáveis de precisão do indicador. Quando analisamos o indicador de assistência a estabelecimento educacional podemos observar coeficientes de variação em categorias aceitáveis de precisão em todos os países. Por último quando analisamos o terceiro indicador de média de anos de estudo para homens entre 65-79 anos em vários países, são observados coeficientes de variação considerados pouco confiáveis.

No teste dos indicadores demonstra-se empiricamente que em todos os países, os coeficientes de variação aumentam ao desagregar as estimativas em áreas geográficas (domínios). Assim, mesmo em praticamente todos os países, as estimativas mostram-se pouco confiáveis quando são agregados filtros (grupos de idade, sexo etc.) em conjunto com um maior nível de agregação.

Em outras palavras, as medições subnacionais são de boa precisão na medição de indicadores para os quais foram desenhados, como pobreza, à medida que são introduzidos mais filtros (região, categorias etárias, sexo) devem ser utilizados com mais cuidados os valores e as conclusões que se depreendem dessas, já que perdem precisão.

Por outro lado, dada a variabilidade dos erros de estimação que podem ser cometidos de acordo com o tipo de indicador e quantidade de filtros que se aplique à informação, é indispensável conhecer o alcance que tem as bases de dados das pesquisas domiciliares com base na informação dos metadados, de maneira a se saber com clareza qual a magnitude do erro segundo o indicador ou nível de desagregação. Esta informação, em geral, não é especificada com clareza em todas as pesquisas.

5 DESEMPENHO ECONÔMICO E ESTATÍSTICAS SOCIAIS NOS TERRITÓRIOS

Com base no panorama de *Desarrollo territorial da Cepal* (2013), ficou demonstrado que na América Latina observa-se uma alta concentração do produto e da população em poucos territórios e que existem elevados níveis de disparidades territoriais, mas que na última década, em vários países, observam-se leves convergências na redução das desigualdades econômicas territoriais.

Utilizando a informação que provém das contas subnacionais e das bases de dados das pesquisas domiciliares é apresentada tipologia e classificação de territórios para os países da América Latina, as quais possuem medições subnacionais do PIB por habitante⁴ (valor agregado por habitante) e de pesquisas domiciliares.⁵

Em matérias de desempenho territorial observa-se uma grande diversidade no comportamento dos territórios. Grande parte dos territórios mostraram dinâmicas de crescimento econômico positivas na última década.

Os territórios de indicadores sociais mais altos são aqueles que também mostraram níveis de valor agregado *per capita* maiores nos últimos anos e correspondem a cidades capitais, territórios que proveem serviços e com presença do setor de mineração. A Região Metropolitana do Chile é a que mostra melhor desempenho econômico e os níveis mais altos nos indicadores sociais (quadro 3). São Paulo, a região de Atacama do Chile, Nuevo Leon e o Distrito Federal do México também mostram bom desempenho econômico junto a indicadores de desenvolvimento social elevados.

Existe um número significativo de territórios de baixo PIB *per capita*, mas em rápido crescimento e com níveis de Índice de desenvolvimento social médio (quadro 4); a maioria destes territórios está no Brasil, Colômbia e México. Os territórios com indicadores sociais mais baixos: Potosí, na Bolívia; Chocó na Colômbia; Maranhão e Piauí, no Brasil; os que apresentam dinâmicas econômicas recentes superiores à média. Além disso, no Chile, há várias regiões convergindo que já possuem bons indicadores sociais, como Aysén, Coquimbo, Los Rios, Maule, Biobío, O'Higgins e Magellanes.

Arica e Parinacota, los Lagos e Valparaiso mostram níveis de indicadores de desenvolvimento social elevados, apesar de não ter bons indicadores econômicos. A maior parte dos territórios de baixo crescimento econômico apresenta níveis de indicadores de desenvolvimento social médios (quadro 5).

Os territórios tipo “lua minguante” (quadro 6) apresentam um dinamismo econômico menor, mas a grande maioria possui níveis elevados de PIB *per capita*, bem como de indicadores sociais.

4. Os territórios são classificados em um quadro de dupla entrada, no qual as variáveis são a taxa de crescimento do PIB *per capita* de um território em um período determinado e o nível do PIB *per capita* do ano inicial de referência. Os territórios que cresceram acima da média nacional serão considerados regiões dinâmicas. Com base no PIB *per capita* territorial para o ano inicial de referência são identificados territórios que tenham PIB *per capita* inicial superior à média nacional e inferior à média nacional.

5. Com base na informação que provém das Bases de dados das pesquisas domiciliares (Badehog) constrói-se um índice médio de indicadores subnacionais nas áreas de pobreza, emprego, educação e acesso aos serviços básicos. Para cada uma das áreas são tomados indicadores que sejam representativos e comparáveis entre países: *i*) pobreza: percentagem da população que se encontra abaixo da linha de pobreza (calculada pela Cepal com base em valores oficiais); *ii*) emprego: percentagem de ocupação da população economicamente ativa; *iii*) educação: média de anos de estudos do chefe de família; *iv*) acesso aos serviços básicos: percentagem de domicílios com acesso a rede de esgoto e porcentagem de domicílios com acesso a água potável.

QUADRO 3

Territórios tipo "Lua cheia": alto PIB *per capita* e alto crescimento

Lua cheia (alto PIB <i>per capita</i> e alto crescimento)			
Indicadores sociais altos	Chile	Região metropolitana	
Indicadores sociais médio-altos	Brasil	São Paulo	
	Chile	Atacama	
	México	Distrito Federal (Mex)	Nuevo León
Indicadores sociais médios	Brasil	Espírito Santo	
	Bolívia	Oruro	Tarija
	Colômbia	Meta	Santander
	México	Querétaro Arteaga	Sonora
	México	Quintana Roo	Tabasco
	Peru	Arequipa	Lima
Indicadores sociais médio-baixos	México	Coahuila de Zaragoza	

Fonte: Ipes (2014), com base nas informações oficiais dos países.

QUADRO 4

Territórios tipo "Lua crescente": baixo PIB *per capita* e alto crescimento

Lua crescente (baixo PIB <i>per capita</i> e alto crescimento)					
Indicadores sociais médio-altos	Chile	Aysén del General Carlos Ibáñez del Campo	Coquimbo	Los Ríos	Maule
		Biobío	O'Higgins	Magallanes y de la Antártica Chilena	
	México	Aguascalientes			
	Panamá	Los Santos			
Indicadores sociais médios	Brasil	Acre	Bahia	Mato Grosso	Pernambuco
		Amapá	Ceará	Mato Grosso do Sul	Sergipe
		Amazonas	Goiás	Paraíba	Tocantins
	Bolívia	La Paz			
	Chile	Araucanía			
	Colômbia	Bolívar	Cesar	Sucre	
		Boyacá	Magdalena		
	México	Chihuahua	Puebla	Veracruz de Ignacio de la Llave	
		Jalisco	San Luis Potosí	Yucatán	
		México	Sinaloa	Zacatecas	
	Peru	Cusco	Ica	La Libertad	
Panamá	Coclé	Herrera			
Indicadores sociais médio-baixos	Bolívia	Chuquisaca			
	Colômbia	Cauca	Nariño		
	Peru	Amazonas	Ayacucho		
		Apurímac	Piura		
Indicadores sociais baixos	Bolívia	Potosí			
	Colômbia	Chocó			
	Brasil	Maranhão	Piauí		

Fonte: Ipes (2014), com base nas informações oficiais dos países.

QUADRO 5

Territórios tipo “Lua nova”: baixo PIB *per capita* e baixo crescimento

Lua nova (baixo PIB <i>per capita</i> e baixo crescimento)					
Indicadores sociais médio-altos	Chile	Arica y Parinacota	Los Lagos	Valparaíso	
Indicadores sociais médios	Brasil	Minas Gerais	Rondônia		
		Rio Grande do Norte	Roraima		
	Bolívia	Beni	Cochabamba		
	Colômbia	Atlântico	Cundinamarca	Quindío	
		Caldas	Huila	Risaralda	
		Caquetá	Norte Santander	Tolima	Tlaxcala
	México	Chiapas	Guanajuato	Morelos	
		Durango	Michoacán de Ocampo	Nayarit	Ucayali
	Peru	Áncash	Lambayeque	San Martín	
		Junín	Puno	Tumbes	
Panamá	Bocas del Toro	Darién			
	Chiriquí	Veraguas			
Indicadores sociais médio-baixos	Brasil	Alagoas	Pará		
	Colômbia	Córdoba	La Guajira		
	México	Guerrero	Hidalgo	Oaxaca	
	Peru	Cajamarca	Huánuco		
		Huancavelica	Loreto		

Fonte: Ilpes (2014), com base nas informações oficiais dos países.

QUADRO 6

Territórios tipo “Lua minguante”: alto PIB *per capita* e baixo crescimento

Lua minguante (alto PIB <i>per capita</i> e baixo crescimento)				
Indicadores sociais altos	Chile	Antofagasta	Tarapacá	
	Panamá	Panamá		
Indicadores sociais médio-altos	Brasil	Distrito Federal		
	Colômbia	Bogotá D. C.		
	México	Baja California Sur		
	Panamá	Colón		
Indicadores sociais médios	Brasil	Paraná	Rio Grande do Sul	
		Rio de Janeiro	Santa Catarina	
	Bolívia	Pando	Santa Cruz	
	Colômbia	Antioquia	Valle	
	México	Baja California	Colima	
		Campeche	Tamaulipas	
	Peru	Madre de Dios	Moquegua	Tacna
Indicadores sociais médio-baixos	Peru	Pasco		

Fonte: Ilpes (2014), com base nas informações oficiais dos países.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram observados grandes avanços em matéria de medição subnacional na América Latina. Por meio das contas subnacionais e pesquisas domiciliares é possível obter-se cifras socioeconômicas atualizadas dos territórios.

O grau de comparabilidade internacional dos indicadores cairia segundo países, níveis de desagregação e tipo de indicador utilizado. Existem poucos indicadores que podem ser considerados comparáveis (pobreza, desemprego, acesso a serviços básicos, PIB *per capita*) e ainda estes apresentam limitações.

Uma limitação principal dos valores é que responde a decisões político-administrativas próprias dos países que não necessariamente coincidem com o dinamismo que apresentam os territórios. Neste sentido, seria útil avançar na construção de “territórios funcionais” que descrevam as dinâmicas socioeconômicas de acordo com a definição atual de território. O avanço para a definição de “territórios funcionais” exige identificar uma série de indicadores mínimos e comparáveis entre países. Tanto as contas subnacionais quanto as pesquisas domiciliares podem integrar informação importante para a delimitação desta tipologia territorial.

REFERÊNCIAS

CEPAL – COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **La hora de la igualdad: brechas por cerrar, caminos por abrir**. Santiago: Cepal, 2010.

_____. **Panorama del desarrollo territorial 2012**. Santiago: Cepal, 2013. (Serie Panorama del Desarrollo Territorial).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARGENTINA. Instituto Nacional de Estadística y Censos. **La nueva encuesta permanente de hogares de Argentina**. Buenos Aires: Indec, 2003.

_____. _____. **Errores de muestreo en la estimación de totales de personas a partir de una base trimestral**. Buenos Aires: Indec, 2011.

BOLÍVIA. Instituto Nacional de Estadística. **Metodología del diseño muestral encuesta de hogares 2009**. Bolívia: INE, 2009. Disponível em: <<http://goo.gl/IFKFPK>>.

CEPAL – COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **Cambio estructural para la igualdad: una versión integrada del desarrollo**. Santiago: Cepal, 2012a.

_____. **Paraguay: encuesta permanente de hogares octubre – diciembre 2011 metodología y cuestionario**. 1. ed. Santiago: Cepal, Oct. 2012b.

CHILE. Ministerio de Desarrollo Social. **Metodología del diseño muestral y factores de expansión encuesta de caracterización socioeconómica nacional**. Chile: Casen, 13 Sept. 2012. (Documentos Metodológicos, n. 1).

COLOMBIA. Departamento Administrativo Nacional de Estadística. **Metodología gran encuesta integrada de hogares (GEIH)**. Bogotá: Dimpe, 2011a.

_____. Dirección de Síntesis y Cuentas Nacionales. **Metodología cuentas departamentales, base 2005**. Bogotá: Dirección de Síntesis y Cuentas Nacionales, 2011b. Disponível em: <<http://goo.gl/XBCnf0>>.

EL SALVADOR. Dirección General de Estadística y Censos. **Encuesta de hogares de propósitos múltiples 2011**. Ciudad Delgado, Jun. 2012.

EQUADOR. Instituto Nacional de Estadística y Censo. **Definiciones y explicaciones de la encuesta de hogares**. Quito: Inec, 2010a.

_____. _____. **Metodología del diseño de la muestra Encuesta de Ingresos y Gastos de Hogares Urbanos y Rurales (Enighur)**. Quito: Inec, 2010b.

_____. _____. **Definiciones y explicaciones de la Encuesta de Propósitos Múltiples**. Quito: Inec, 2013.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2006**. IBGE: Rio de Janeiro, 2006.

_____. **Seleção da amostra da PNAD 2011**. IBGE: Rio de Janeiro, 2011. (Nota técnica).

MÉXICO. Instituto Nacional de Estadística y Geografía. **Encuesta Nacional de Ingresos y Gastos de los Hogares (Enigh) 2010**: diseño muestral. México: Inegi, 2011.

_____. **Encuesta Nacional de Ingresos y Gastos de los Hogares (Enigh) 2012**: diseño muestral. Formación de las unidades primarias de muestreo para el levantamiento. México: Inegi, 2013. Disponible em: <<http://goo.gl/ynff4L>>.

ONU – ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS. **Encuestas de hogares en los países en desarrollo y en transición**. Nueva York: División de Estadística, 2007. (Estudios de Métodos, serie F, n. 96).

_____. **Diseño de muestras para encuestas de hogares**: directrices prácticas. Nueva York: División de Estadística, 2009. (Estudios de Métodos, serie F, n. 98).

PERU. Instituto Nacional de Estadística e Informática. **Encuesta nacional de hogares sobre condiciones de vida y pobreza**. Peru: Enaho, 2013.

URUGUAI. **Ficha técnica**: descripción metodológica. Encuesta Continua de Hogares (ECH) 2011. Montevideo, Mar. 2012.

_____. **Ficha técnica**: descripción metodológica. Encuesta Continua de Hogares (ECH) 2012. Montevideo, Abr. 2013.

VENEZUELA. **Ficha técnica de Encuesta de Hogares por Muestreo**. Venezuela: Instituto Nacional de Estadística de la República Bolivariana de Venezuela, 2014. Disponible em: <<http://goo.gl/XKtPX1>>.